

Avaliação do Prouni e seus impactos para as universidades públicas e particulares
Assessment of Prouni and its impacts for public and private universities

Fernanda Abreu de Moraes Figueiredo

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil.

E-mail: fernandaabreu@id.uff.br

Recebido: 26/06/2016– Aceito: 20/07/2016

Resumo

Políticas sociais tem sido direcionadas à população de baixa renda, aliviando a miséria dos excluídos, mantendo, entretanto, a desigualdade social e a pobreza. O Programa Universidade Para Todos (PROUNI) é um exemplo de política social que vem sendo implementada nos dias de hoje. Por isso, o objetivo desse artigo é elaborar um panorama do impacto do PROUNI, como política pública, para as universidades públicas e privadas, permitindo enumerar as consequências dessa política no desenvolvimento do ensino superior público. Quanto ao método e forma de abordagem, o estudo foi qualitativo e quantitativo. Quanto aos procedimentos adotados na coleta de dados, a pesquisa foi bibliográfica e documental. Ao fim do estudo realizado, constatou-se que houve uma queda de interesse no tocante às universidades públicas, gerando detrimento no setor público em prol do privado, levantando a discussão de que o emprego dos recursos aplicados, nessa política pública, poderia ser melhor investido em entidades pertencentes ao governo ao invés de beneficiar patrimônios particulares.

Palavras-chave: PROUNI. Política Pública. Universidades.

Abstract

Social policies have been aimed at the low income population, alleviating the misery of the excluded, keeping, however, social inequality and poverty. The PROUNI is an example of social policy being implemented today. Therefore, the aim of this article is to develop an overview of the impact of PROUNI, as public policy, to public and private universities, allowing enumerate the consequences of this policy on the development of public higher education. As to the method and manner of approach, the study was qualitative and

quantitative. As for the procedures adopted in data collection, research was literature and documents. At the end of the study, it was found that there was a decline of interest in relation to public universities, generating over the public sector in favor of private, raising the argument that the use of the resources invested in this public policy, it could be better spent in entities belonging to the government rather than to benefit private equities.

Keywords: PROUNI. Public policy. Universities.

1. Introdução

Políticas sociais têm sido direcionadas à população de baixa renda, amenizando a miséria dos excluídos, mantendo, entretanto, a desigualdade e a pobreza por não fazer de fato uma verdadeira inclusão social. Na área educacional, a política de focalização, se manifesta por meio da priorização dos recursos da União para o atendimento ao ensino fundamental; pela criação de bolsas para os estudantes do ensino superior privado, a exemplo do PROUNI; e pela redução dos investimentos públicos às Instituições de Ensino Superior (IES) públicas, induzindo-as à captação de recursos no mercado capitalista. Como consequência, a educação superior deixa de ser direito social transformando-se em mercadoria.

Assim, surge o seguinte questionamento: *“Depois da instauração do PROUNI, com o aumento substancial do número de faculdades particulares no mercado, houve alguma mudança em relação à performance anual das faculdades públicas, como número de vagas, recebimento de dinheiro público, entre outros fatores? Houve algum descaso do poder público sobrevalorizando as faculdades particulares com os inúmeros incentivos fiscais em detrimento da expansão das faculdades públicas?”*

Por isso, o objetivo do estudo é elaborar um panorama do PROUNI como política pública, avaliando seu alcance com número de bolsas parciais e integrais por estado ou região, além de comparar a evolução da qualidade das faculdades particulares que aderem ao PROUNI e as faculdades públicas, o número de vagas ofertadas, o valor de arrecadação recebido pelo governo pelas faculdades públicas desde antes do estabelecimento do PROUNI e depois de sua instauração, assim como os incentivos fiscais recebidos pelas faculdades particulares a fim de comparar se houve mudança no investimento das faculdades públicas em favorecimento das faculdades particulares.

2. Metodologia

Quanto ao método e forma de abordagem, o estudo foi ao mesmo tempo qualitativo e quantitativo, pois foram utilizados dados obtidos por instituições governamentais a respeito do assunto e feita uma análise da situação baseada em notícias veiculadas na mídia sobre essa política. Logo, quanto ao objetivo, a pesquisa foi explicativa, pois se propôs a analisar o panorama do PROUNI a nível nacional (as cinco regiões do país) e particularmente no estado do Rio de Janeiro de 2000 a 2011/2012 (um pouco antes de 2005, quando iniciou o PROUNI, e um pouco depois).

Quanto aos procedimentos adotados na coleta de dados, a pesquisa foi bibliográfica e documental. Foram utilizados, como base teórica, artigos científicos, monografias, dissertações e teses no assunto. Dados catalogados por instituições governamentais de pesquisa foram usados a fim de se fazer uma análise estatística dos fatos. Dessa forma, foram utilizados os métodos histórico, comparativo e estatístico, pois foi usada a estatística a fim de analisar comparativamente os dados ao longo dos anos.

Os dados para a pesquisa foram coletados de censos feitos pelo governo, fazendo-se assim as estatísticas dos indicadores e dados já previamente trabalhados e informados à população. Para isso, foram utilizados, principalmente, o portal do PROUNI (<http://prouniportal.mec.gov.br/>) e o site do INEP (<http://portal.inep.gov.br/>).

3. Resultados e discussões

3.1. Quantidade de bolsas parciais e integrais oferecidas pelo PROUNI

Foram tabulados os dados encontrados no site do PROUNI a fim de avaliar o número de bolsas parciais e integrais oferecidas por região demográfica, conforme é mostrado na Tabela 1. A quantidade de bolsas mostrada refere-se à soma do número de bolsas oferecido nos dois semestres de cada ano.

Tabela 1: Evolução do Número de Bolsas Oferecidas pelo PROUNI por Região Demográfica

		Região Norte	%Δ	Região Nordeste	%Δ	Região Centro-Oeste	%Δ	Região Sul	%Δ	Região Sudeste	%Δ	TOTAL	%Δ
2005	Total	5669	0,00	18282	0,00	9334	0,00	19521	0,00	59365	0,00	112171	0,00
	Bolsas Parciais	2504	0,00	5430	0,00	3697	0,00	6404	0,00	22335	0,00	40370	0,00
	Bolsas Integrais	3165	0,00	12852	0,00	5637	0,00	13117	0,00	37030	0,00	71801	0,00
2006	Total	5376	-5,17	13172	-27,95	10006	7,20	21472	9,99	44092	-25,73	94118	-16,09
	Bolsas Parciais	1254	-49,92	2994	-44,86	3090	-16,42	6100	-4,75	10356	-53,63	23794	-41,06
	Bolsas Integrais	4122	30,24	10178	-20,81	6916	22,69	15372	17,19	33736	-8,90	70324	-2,06
2007	Total	6957	29,41	25034	90,05	15145	51,36	36083	68,05	80635	82,88	163854	74,09
	Bolsas Parciais	2689	114,43	8513	184,34	6998	126,47	18256	199,28	29767	187,44	66223	178,32
	Bolsas Integrais	4268	3,54	16521	62,32	8147	17,80	17827	15,97	50868	50,78	97631	38,83
2008	Total	10072	44,78	38856	55,21	19835	30,97	39403	9,20	116839	44,90	225005	37,32
	Bolsas Parciais	4194	55,97	23067	170,96	11558	65,16	21100	15,58	65591	120,35	125510	89,53
	Bolsas Integrais	5878	37,72	15789	-4,43	8277	1,60	18303	2,67	51248	0,75	99495	1,91
2009	Total	12373	22,85	36157	-6,95	22473	13,30	48330	22,66	128310	9,82	247643	10,06
	Bolsas Parciais	4858	15,83	11831	-48,71	10263	-11,20	19476	-7,70	48089	-26,68	94517	-24,69
	Bolsas Integrais	7515	27,85	24326	54,07	12210	47,52	28854	57,65	80221	56,53	153126	53,90
2010	Total	12149	-1,81	33555	-7,20	23328	3,80	45474	-5,91	117065	-8,76	231571	-6,49
	Bolsas Parciais	5193	6,90	14262	20,55	10869	5,90	24888	27,79	60139	25,06	115351	22,04
	Bolsas Integrais	6956	-7,44	19293	-20,69	12459	2,04	20586	-28,65	56926	-29,04	116220	-24,10
2011	Total	14496	19,32	32638	-2,73	24265	4,02	50701	11,49	132498	13,18	254598	9,94
	Bolsas Parciais	6333	21,95	13868	-2,76	12505	15,05	23676	-4,87	68544	13,98	124926	8,30
	Bolsas Integrais	8163	17,35	18770	-2,71	11760	-5,61	27025	31,28	63954	12,35	129672	11,57
2012	Total	15833	9,22	39906	22,27	56951	134,7	56951	12,33	141227	6,59	310868	22,10
	Bolsas Parciais	6780	7,06	15700	13,21	16012	151,32	31428	32,74	63832	-6,87	133752	7,06
	Bolsas Integrais	9053	10,90	24206	28,96	14684	117,03	25523	-5,56	77395	21,02	150861	16,34
2013	Total	14667	-7,36	38312	-3,99	26107	-54,16	44875	-21,20	128413	-9,07	252374	-18,82
	Bolsas Parciais	3977	-41,34	11939	-23,96	8335	-73,48	15909	-49,38	47835	-25,06	87995	-34,21
	Bolsas Integrais	10690	18,08	26373	8,95	17772	-30,37	28966	13,49	80578	4,11	164379	8,96

Nota: A quantidade das bolsas parciais e integrais mostrada corresponde ao somatório do que foi oferecido nos 2 semestres de cada ano, excetuando-se o ano de 2005 que só teve oferta de bolsas em um único semestre.

%Δ = percentual em relação ao dado do ano anterior.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do SISPROUNI.

Observa-se que quase todas as regiões sofreram reduções no total das bolsas oferecidas de 2005 para 2006, excetuando-se a região Centro-Oeste; com um incremento de 7,20%; e a região Sul, com um aumento de 9,99%. Tal fato pode ser explicado pelo ajustamento da política de bolsas com a realidade por ter sido o primeiro ano do funcionamento do PROUNI. Nessa época, houve redução das bolsas parciais em todas as regiões, mas, em contrapartida, aumentaram-se as bolsas integrais de modo geral, o que não aconteceu apenas na Região Sudeste que apresentou uma redução de 8,9%.

De 2006 para 2007, expandiu-se a oferta de ambos os tipos de bolsas em todas as regiões. A região Nordeste teve o maior crescimento, alcançando o valor de 90,05% a mais de total de bolsas repassadas, seguido pela região Sudeste com 82,88%, região Sul com 68,05%, região Centro-Oeste com 51,36% e região Norte com 29,41%, o menor índice de aumento identificado. Vale ressaltar que ocorreu um aumento substancial no total das bolsas ofertadas no país, tendo o crescimento de 74,09%.

Em 2008, chama a atenção a única redução de bolsas em relação ao ano de 2007, que aconteceu nas bolsas integrais da região Nordeste (-4,43%) e um crescimento bastante tímido de 0,75% nas bolsas integrais da região Sudeste. Nesse ano, aconteceu a marca de menor expansão das bolsas integrais oferecidas no total pelo país, apresentando um leve acréscimo em relação ao ano anterior, de 1,91%.

A partir de 2009, o aumento total das bolsas foi pouco significativo, tendo uma variação positiva de 10,06% em 2009 e um acréscimo de 9,94% em 2011 em relação aos seus respectivos anos anteriores. O maior aumento ocorreu em 2012 com um crescimento de 22,10% em relação a 2011. Nos anos de 2010 e 2013, aconteceram reduções de 6,49% e 18,82% no total de bolsas, respectivamente, quando comparado com os anos anteriores correspondentes.

Nota-se uma tendência na diminuição da oferta de bolsas parciais seguindo um respectivo aumento nas bolsas integrais durante o passar dos anos. Esse fenômeno é importante por favorecer e contribuir com os bolsistas de forma integral, diminuindo os riscos de abandono por não ter como custear os gastos com mensalidades, mas não abstém do problema gerado por não se conseguir bancar gastos diretos na manutenção da faculdade, como passagens, xerox, alimentação, roupas, calçados, entre outros.

Na tabela 2, observa-se que a região Sudeste concentra o maior número de bolsas do país, girando em torno de 50% ao longo dos anos. Em segundo lugar, vem a região Sul variando de 17 a 20% de bolsas com algumas oscilações. Em sequência, a região Nordeste

detém de 12 a 18%; a região Centro-Oeste possui de 8 a 10% em média e a região Norte oferece de 4 a 6% das bolsas do PROUNI em todo o país.

Tabela 2: Distribuição Percentual do Número de Bolsas Oferecidas pelo PROUNI por Região Demográfica

		% Região Norte	% Região Nordeste	% Região Centro-Oeste	% Região Sul	% Região Sudeste
2005	Total	5,05	16,30	8,32	17,40	52,92
	Bolsas Parciais	6,20	13,45	9,16	15,86	55,33
	Bolsas Integrais	4,41	17,90	7,85	18,27	51,57
2006	Total	5,71	14,00	10,63	22,81	46,85
	Bolsas Parciais	5,27	12,58	12,99	25,64	43,52
	Bolsas Integrais	5,86	14,47	9,83	21,86	47,97
2007	Total	4,25	15,28	9,24	22,02	49,21
	Bolsas Parciais	4,06	12,86	10,57	27,57	44,95
	Bolsas Integrais	4,37	16,92	8,34	18,26	52,10
2008	Total	4,48	17,27	8,82	17,51	51,93
	Bolsas Parciais	3,34	18,38	9,21	16,81	52,26
	Bolsas Integrais	5,91	15,87	8,32	18,40	51,51
2009	Total	5,00	14,60	9,07	19,52	51,81
	Bolsas Parciais	5,14	12,52	10,86	20,61	50,88
	Bolsas Integrais	4,91	15,89	7,97	18,84	52,39
2010	Total	5,25	14,49	10,07	19,64	50,55
	Bolsas Parciais	4,50	12,36	9,42	21,58	52,14
	Bolsas Integrais	5,99	16,60	10,72	17,71	48,98
2011	Total	5,69	12,82	9,53	19,91	52,04
	Bolsas Parciais	5,07	11,10	10,01	18,95	54,87
	Bolsas Integrais	6,30	14,47	9,07	20,84	49,32
2012	Total	5,09	12,84	18,32	18,32	45,43
	Bolsas Parciais	5,07	11,74	23,50	23,50	47,72
	Bolsas Integrais	6,00	16,05	16,92	16,92	51,30
2013	Total	5,81	15,18	10,34	17,78	50,88
	Bolsas Parciais	4,52	13,57	9,47	18,08	54,36
	Bolsas Integrais	6,50	16,04	10,81	17,62	49,02

Nota: O cálculo das bolsas parciais e integrais levou em conta a oferta nos 2 semestres de cada ano, excetuando-se o ano de 2005 que só teve oferta de bolsas em um único semestre.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do SISPROUNI.

A concentração das bolsas do PROUNI na região Sudeste é explicada devido a maior concentração populacional na região, com as duas metrópoles mais importantes do país, a saber, São Paulo e Rio de Janeiro. O baixo índice demográfico na região Norte contribui para o menor índice de bolsas para essa área.

O que pode ser visualizado na tabela 3 é a oferta de cerca de 10% das bolsas na região Sudeste serem concedidas no Rio de Janeiro. Isso pode ser explicado pela expressividade dos estados de São Paulo, principalmente, e de Minas Gerais no montante de bolsas oferecidas no Sudeste. A nível nacional, o estado do Rio de Janeiro concede aproximadamente 5% do total das bolsas do país.

Tabela 3: Evolução e Distribuição Percentual do Número de Bolsas Oferecidas pelo PROUNI no Rio de Janeiro

		Rio de Janeiro	%Δ	% Rio de Janeiro em relação à Região Sudeste	% Rio de Janeiro em relação ao país
2005	Total	9449	0	15,92	8,42
	Bolsas Parciais	3052	0	13,66	7,56
	Bolsas Integrais	6397	0	17,28	8,91
2006	Total	10446	10,55	23,69	11,1
	Bolsas Parciais	736	-75,88	7,11	3,09
	Bolsas Integrais	9710	51,79	28,78	13,81
2007	Total	10053	-3,76	12,47	6,14
	Bolsas Parciais	1297	76,22	4,36	1,96
	Bolsas Integrais	8756	-9,82	17,21	8,97
2008	Total	12237	21,72	10,47	5,44
	Bolsas Parciais	3759	189,82	5,73	2,99
	Bolsas Integrais	8478	-3,17	16,54	8,52
2009	Total	12423	1,52	9,68	5,02
	Bolsas Parciais	2230	-40,68	4,64	2,36
	Bolsas Integrais	10193	20,23	12,71	6,66
2010	Total	11163	-10,14	9,54	4,82
	Bolsas Parciais	2469	10,72	4,11	2,14
	Bolsas Integrais	8694	-14,71	15,27	7,48
2011	Total	12986	16,33	9,8	5,1
	Bolsas Parciais	3629	46,98	5,29	2,9
	Bolsas Integrais	9357	7,63	14,63	7,22
2012	Total	15399	18,58	10,9	4,95
	Bolsas Parciais	4568	25,87	7,16	3,42
	Bolsas Integrais	10831	15,75	13,99	7,18
2013	Total	13759	-10,65	10,71	5,45
	Bolsas Parciais	2951	-35,4	6,17	3,35
	Bolsas Integrais	10808	-0,21	13,41	6,58

Nota: O cálculo das bolsas parciais e integrais levou em conta a oferta nos 2 semestres de cada ano, excetuando-se o ano de 2005 que só teve oferta de bolsas em um único semestre.

%Δ = percentual em relação ao dado do ano anterior.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do SISPROUNI.

A variação da quantidade de bolsas pode ser estudada pormenorizada para cada região levando em consideração os estados envolvidos. Tal nível de detalhamento foi excluído por falta de espaço para estudo. Análises futuras podem ser feitas buscando essa ótica, junto com elaboração de expressões matemáticas que deem uma previsão por análise histórica de quanto que será oferecido de bolsas em cada região e em cada estado, tanto no quesito de bolsas parciais como integrais. Além disso, pode ser analisada a questão populacional de cada estado que acaba influenciando na quantidade de bolsas oferecidas.

Apesar da busca por transparência nos gastos públicos e nas empresas privadas ser um alvo seguido com muita veemência nos dias atuais, não se conseguiu achar valores de investimentos ao longo dos anos nas faculdades do estado do Rio de Janeiro. Assim, não foi possível analisar historicamente se teve alteração dos investimentos nas faculdades públicas depois que o PROUNI foi instaurado em 2005. Também não se conseguiu mapear o quanto de

verba é deixado de arrecadar pelos incentivos fiscais fornecidos às faculdades particulares, pois não foi possível o acesso aos balanços patrimoniais anuais dessas instituições em seus respectivos *sites*. O que tentaria se fazer era ir em cada valor do balanço e usar as alíquotas dos impostos a fim de comparar o quanto é deixado de entrar como receita para o governo devido ao ingresso dessas empresas como concessionárias de bolsas pelo PROUNI.

Por surgir essa limitação, outras variáveis foram utilizadas visando concluir a análise de mudança ou não de investimentos nas faculdades públicas depois da instauração do PROUNI. Foram elencados números de vagas, matrículas e instituições existentes antes, em 2005 e depois da política do PROUNI, assim como valores ligados aos investimentos públicos em educação no ensino superior de uma forma geral.

3.2. Número de Vagas nas Instituições Públicas e Privadas

Preferiu-se utilizar os dados de vagas da graduação presencial por ser algo já estabelecido por um tempo, sendo a graduação à distância algo mais recente. Vale destacar que todos os dados de faculdades públicas incluem todas as esferas, ou seja, federal, estadual e municipal. As categorias administrativas referidas aqui são a divisão entre faculdades públicas e privadas.

Na tabela 4, observa-se que, embora o crescimento de vagas no setor público sempre tenha sido menor do que o ocorrido no setor privado, após a instauração da política do PROUNI, aconteceu um incremento bem menor do que antes da sua existência. Enquanto isso, as vagas nas faculdades particulares na graduação presencial, mesmo não tendo crescido o tanto que crescia antes do PROUNI, manteve um determinado ritmo de crescimento.

Tabela 4: Evolução do Número de Vagas na Graduação Presencial

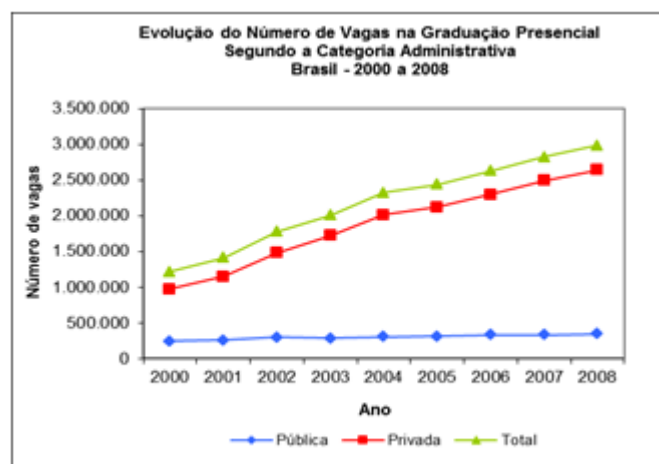
	ANO	PÚBLICA*	%Δ	PRIVADA	%Δ	TOTAL	%Δ
ANTES DO PROUNI	2000	245.632	0,00	970.655	0,00	1.216.287	0,00
	2001	256.498	4,42	1.151.994	18,68	1.408.492	15,80
	2002	295.354	15,15	1.477.733	28,28	1.773.087	25,89
	2003	284.213	-3,77	1.721.520	16,50	2.002.733	12,95
	2004	308.492	8,54	2.011.929	16,87	2.320.421	15,86
PROUNI	2005	313.368	1,58	2.122.619	5,50	2.435.987	4,98
DEPOIS DO PROUNI	2006	331.105	5,66	2.298.493	8,29	2.629.598	7,95
	2007	329.260	-0,56	2.494.682	8,54	2.823.942	7,39
	2008	344.038	4,49	2.641.099	5,87	2.985.137	5,71

*PÚBLICA = FEDERAL + ESTADUAL + MUNICIPAL. // %Δ = percentual em relação ao dado do ano anterior.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do MEC/INEP/DEED.

É importante salientar que, como pode ser observado no gráfico 1, o número de vagas no setor privado sempre foi na ordem dos milhões, enquanto que no setor público, fica na casa dos milhares.

Gráfico 1: Evolução do Número de Vagas na Graduação Presencial Segundo a Categoria Administrativa. Brasil – 2000 a 2008.



Houve sempre o predomínio de maior número de vagas nas universidades privadas, respondendo por cerca de 80% do total existente ao longo dos anos, como pode ser visto na tabela 5. Já o percentual de vagas nas faculdades públicas vem diminuindo pouco a pouco depois do PROUNI.

Tabela 5: Distribuição Percentual do Número de Vagas na Graduação Presencial

	ANO	TOTAL	PÚBLICA*	%	PRIVADA	%
ANTES DO PROUNI	2000	1.216.287	245.632	20,20	970.655	79,80
	2001	1.408.492	256.498	18,21	1.151.994	81,79
	2002	1.773.087	295.354	16,66	1.477.733	83,34
	2003	2.002.733	284.213	14,19	1.721.520	85,96
	2004	2.320.421	308.492	13,29	2.011.929	86,71
PROUNI	2005	2.435.987	313.368	12,86	2.122.619	87,14
DEPOIS DO PROUNI	2006	2.629.598	331.105	12,59	2.298.493	87,41
	2007	2.823.942	329.260	11,66	2.494.682	88,34
	2008	2.985.137	344.038	11,53	2.641.099	88,47

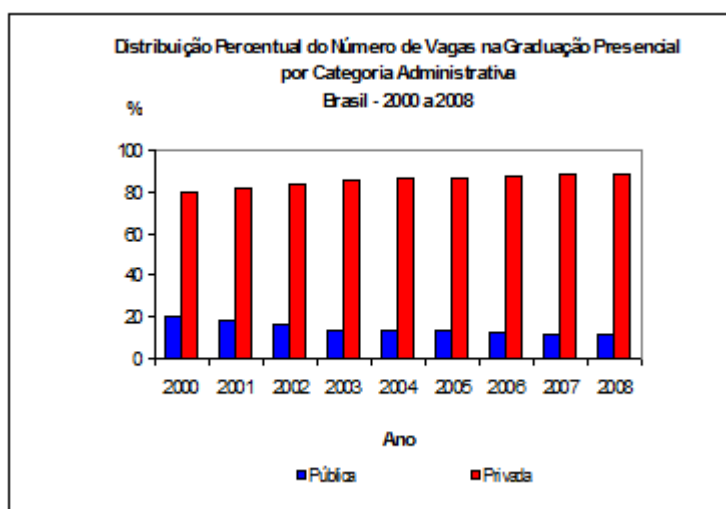
*PÚBLICA = FEDERAL + ESTADUAL + MUNICIPAL.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do MEC/INEP/DEED.

No gráfico 2, fica claro o controle das faculdades privadas no tocante ao oferecimento de vagas, enquanto que as vagas no setor público reduzem-se com os anos. Vê-se assim, que o

investimento do orçamento público no ensino superior sempre foi muito pequeno, mas com a criação do PROUNI, a preocupação com o setor público decaiu ainda mais. Compreende-se que ocorreu uma transferência de responsabilidade do governo ao se preocupar menos ainda com as faculdades públicas e oferecer incentivos fiscais às privadas com o PROUNI. Tal fato acaba incentivando cada vez mais a expansão do setor em detrimento do patrimônio público.

Gráfico 2: Distribuição Percentual do Número de Vagas na Graduação Presencial por Categoria Administrativa. Brasil – 2000 a 2008.



O objetivo inicial era somente avaliar a evolução do número de vagas com os anos, mas como se deparou com dados do censo sobre vagas apenas até 2008 e o foco era ir até 2011/2012, usaram-se os dados sobre matrículas a fim de se ter um paralelo de tempo maior. O censo parou de quantificar número de vagas nos seus relatórios e continuou a avaliar a quantidade de matrículas. Para não prejudicar o estudo com a descontinuidade dos dados levantados com a pesquisa elaborada pelo censo, focou-se então para o número de matrículas.

Para estudiosos na área da educação, o fim repentino de levantamento de dados de uma determinada variável com o passar do tempo impossibilita ou diminui a capacidade de se fazer um diagnóstico do fenômeno que vem ocorrendo, já que do nada não há mais informações para se comparar historicamente. Infelizmente, notou-se que isso ocorre com certa regularidade.

3.3. Número de Matrículas nas Instituições Públicas e Privadas

O número de matrículas nas faculdades privadas vem crescendo, na maior parte dos anos, mais do que nas públicas, tirando os anos de 2009, 2010 e 2011. Uma explicação que possa ter levado a isso é a transição de governos, usando-se tais dados para propaganda eleitoral. Em 2009, o segundo mandato de Lula termina e surge como tentativa de manutenção do poder federal nas mãos do Partido Trabalhista (PT) a eleição da chefe da Casa Civil Dilma Rousseff. Nesse ano, houve o único decréscimo no crescimento das matrículas no setor privado desde 2000. Outra explicação plausível seria a remanescência das consequências da crise financeira de 2008 que assolou o país, dando assim uma estagnação e insegurança na economia e, por conseguinte, no setor privado. Também pode-se levar em conta as constantes críticas recebidas pelo governo com a política do PROUNI que acabou resultando num crescimento e aparecimento de novas faculdades privadas, fazendo com que se retornassem os olhares para o desenvolvimento, ainda que ténue, do ensino superior público durante esses anos.

Tabela 6: Evolução do Número de Matrículas na Graduação Presencial

	ANO	PÚBLICA*	%Δ	PRIVADA	%Δ	TOTAL	%Δ
ANTES DO PROUNI	2000	887.026	0,00	1.807.219	0,00	2.694.245	0,00
	2001	939.225	5,88	2.091.529	15,73	3.030.754	12,49
	2002	1.051.655	11,97	2.428.258	16,10	3.479.913	14,82
	2003	1.136.370	8,06	2.750.652	13,28	3.887.022	11,70
	2004	1.178.328	3,69	2.985.405	8,53	4.163.733	7,12
PROUNI	2005	1.192.189	1,18	3.260.967	9,23	4.453.156	6,95
DEPOIS DO PROUNI	2006	1.209.304	1,44	3.467.342	6,33	4.676.646	5,02
	2007	1.240.968	2,62	3.639.413	4,96	4.880.381	4,36
	2008	1.273.965	2,66	3.806.091	4,58	5.080.056	4,09
	2009	1.351.168	6,06	3.764.728	-1,09	5.115.896	0,71
	2010	1.461.696	8,18	3.987.424	5,92	5.449.120	6,51
	2011	1.595.391	9,15	4.151.371	4,11	5.746.762	5,46

*PÚBLICA = FEDERAL + ESTADUAL + MUNICIPAL.

%Δ = percentual em relação ao dado do ano anterior.

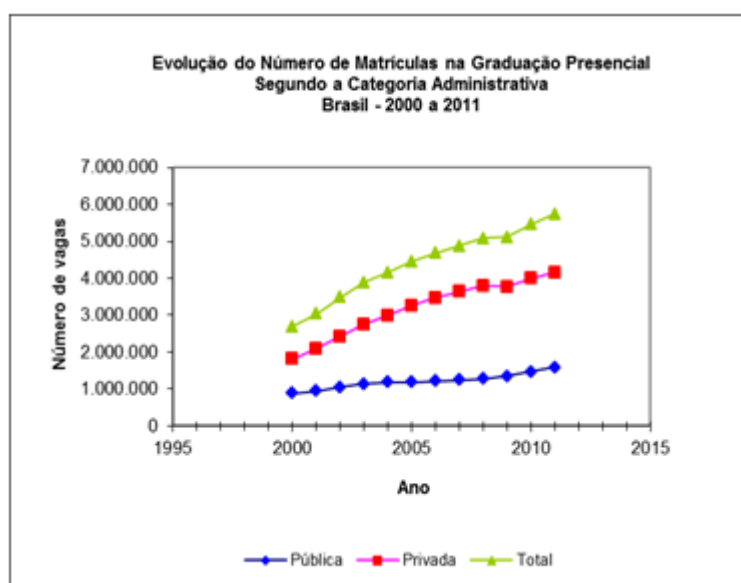
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do MEC/INEP/DAES.

É importante constatar que de 2004 para 2005, sendo este último o ano em que se começa o PROUNI, além disso, houve o menor incremento de matrículas nas faculdades públicas de 2000 a 2011, alcançando um aumento de 1,18%. Já as faculdades privadas

tiveram um aumento de matrículas em relação ao ano anterior de 9,23%. Nota-se, assim, de certo modo, uma fuga de investimentos da área pública para o setor privado.

No gráfico 3, observa-se que a evolução das matrículas nas faculdades públicas vem sendo extremamente menor do que nas faculdades privadas ao longo dos anos ao ponto de que no setor privado vem ocorrendo um crescimento contínuo, quase linear.

Gráfico 3: Evolução do Número de Matrículas na Graduação Presencial Segundo a Categoria Administrativa. Brasil – 2000 a 2011.



Dos quase 6 milhões de matrículas totais existentes no ensino superior do país em 2011, 4 milhões encontram-se no setor privado, o que representa 72,24% das matrículas. A representatividade das matrículas no setor público, que chegou a ser 32,92% em 2000, foi caindo com o passar dos anos, chegando a 27,76% em 2011, alcançando o menor valor em 2008 com 25,08% (depois do PROUNI). Depois das constantes quedas após 2005, houve um aumento ínfimo nos anos de 2009 a 2011.

Tabela 7: Distribuição Percentual do Número de Matrículas na Graduação Presencial

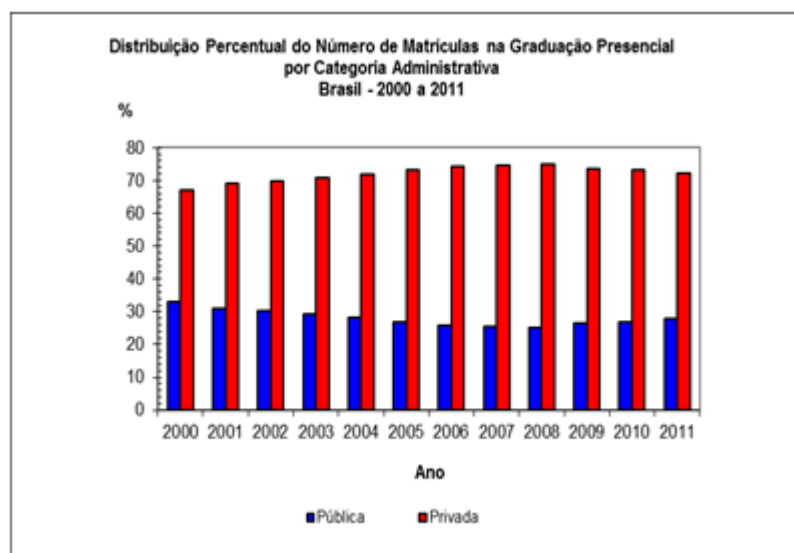
	ANO	TOTAL	PÚBLICA*	%	PRIVADA	%
ANTES DO PROUNI	2000	2.694.245	887.026	32,92	1.807.219	67,08
	2001	3.030.754	939.225	30,99	2.091.529	69,01
	2002	3.479.913	1.051.655	30,22	2.428.258	69,78
	2003	3.887.022	1.136.370	29,23	2.750.652	70,77
	2004	4.163.733	1.178.328	28,30	2.985.405	71,70
PROUNI	2005	4.453.156	1.192.189	26,77	3.260.967	73,23
DEPOIS DO PROUNI	2006	4.676.646	1.209.304	25,86	3.467.342	74,14
	2007	4.880.381	1.240.968	25,43	3.639.413	74,57
	2008	5.080.056	1.273.965	25,08	3.806.091	74,92
	2009	5.115.896	1.351.168	26,41	3.764.728	73,59
	2010	5.449.120	1.461.696	26,82	3.987.424	73,18
	2011	5.746.762	1.595.391	27,76	4.151.371	72,24

*PÚBLICA = FEDERAL + ESTADUAL + MUNICIPAL.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do MEC/INEP/DAES.

A queda no número percentual de matrículas no ensino público pode ser percebida no histograma do gráfico 4, principalmente dos anos de 2005 a 2008, juntamente com o correspondente aumento no setor privado também nesse período.

Gráfico 4: Distribuição Percentual do Número de Matrículas na Graduação Presencial por Categoria Administrativa. Brasil – 2000 a 2011.



Ao verificar os dados do censo do ensino superior, encontraram-se listas das 30 maiores universidades do país em número de matrículas. Mais uma vez a descontinuidade de levantamento de dados frequentes levou a se ter apenas valores para alguns anos em que se fez a estatística.

4.3.1. Maiores Instituições em Número de Matrículas no Estado do Rio de Janeiro

Continuou-se a utilizar o padrão de cores adotado, isto é, amarelo para os anos antes do início do PROUNI (2005) e azul para depois do PROUNI já em vigor. Os dados do ano de 2003 possuem certa limitação por terem sido divulgados apenas as 10 maiores universidades em questão de matrículas e não as 30 maiores como nos outros anos. Os dados referem-se à quantidade de matrículas na graduação presencial. Foram extraídas das listas divulgadas apenas as faculdades do estado do Rio de Janeiro.

Pode-se observar que apenas 2 universidades públicas do Rio de Janeiro entram no rol de maior número de matrículas do país, a UFRJ, conhecido popularmente como FUNDAÇÃO e a UFF, em Niterói. A UFF, por sua vez, só entrou no *ranking* no ano de 2002, enquanto que a UFRJ continuou nos outros anos (como não houve divulgação das 30 maiores e sim das 10 maiores em 2003, devido a posição da UFRJ nos outros anos, pode-se inferir que ela continuou fazendo parte das maiores em matrículas).

Tabela 8: Relação das Maiores Instituições em Número de Matrículas do Rio de Janeiro na Graduação Presencial

Nome da Instituição	SIGLA	Categoria Administrativa	Ano 2002		Ano 2003*		Ano 2007		Ano 2008	
			Posição	Matrículas	Posição	Matrículas	Posição	Matrículas	Posição	Matrículas
Universidade Estácio de Sá	UNESA	Privada	2	85.693	1	100.617	2	116.959	2	115.916
Centro Universitário da Cidade	UniverCidade	Privada	12	27.353			18	25.302	28	22.310
Universidade Salgado de Oliveira	UNIVERSO	Privada	14	26.527	6	35.719	7	47.853	7	43.437
Universidade Federal do Rio de Janeiro	UFRJ	Federal	15	26.411			14	28.328	14	29.132
Universidade Federal Fluminense	UFF	Federal	21	21.238						
Centro Universitário Augusto Motta	UNISUAM	Privada					22	23.065	27	22.417
Universidade do Grande Rio Prof. José de Souza Herdy	UNIGRANRIO	Privada					30	21.743	24	22.883

* No ano de 2003, foi liberada a listagem da relação apenas das 10 maiores e não das 30 maiores como nos outros anos.

Nota: Os que não entraram na relação do ano, estão sem número nenhum.

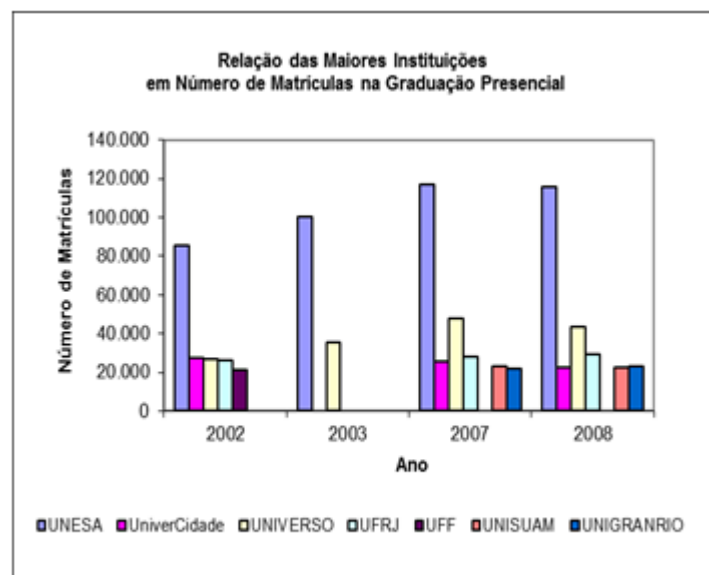
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do MEC/INEP/DAES.

Das universidades privadas, tem-se a Universidade Estácio de Sá (UNESA) sendo a primeira do estado do Rio de Janeiro em quantidade de matrículas em todos os anos analisados e segunda no país nos anos de 2002, 2007 e 2008, alcançando o patamar de primeira do país em 2003. A UNIVERSO foi a segunda maior em número de matrículas do Rio de Janeiro praticamente em todos os anos, perdendo apenas em 2002 para a extinta UniverCidade. A UNISUAM e a UNIGRANRIO subiram ao patamar das 30 maiores nos anos de 2007 e 2008.

É mister notar a grande disparidade entre o volume de matrículas da maior privada do Rio de Janeiro e a maior pública do estado em 2008. Ao passo que a UNESA detinha 115.916 matrículas, a UFRJ tinha apenas 29.132.

Com base no gráfico 5, é notória a dominância de matrículas por parte da UNESA. O crescimento por parte da UNIVERSO também é destacada com o passar dos anos em amarelo claro. A UNIGRANRIO e a UNISUAM só aparecem em 2007 e em 2008 nas duas últimas colunas do histograma mantendo uma continuidade no número de matrículas. A UFRJ também assegura a mesma ordem de matrículas, o que pode ser visto em magenta na quarta coluna. A UFF só se encontra em 2002 entre as maiores em matrículas.

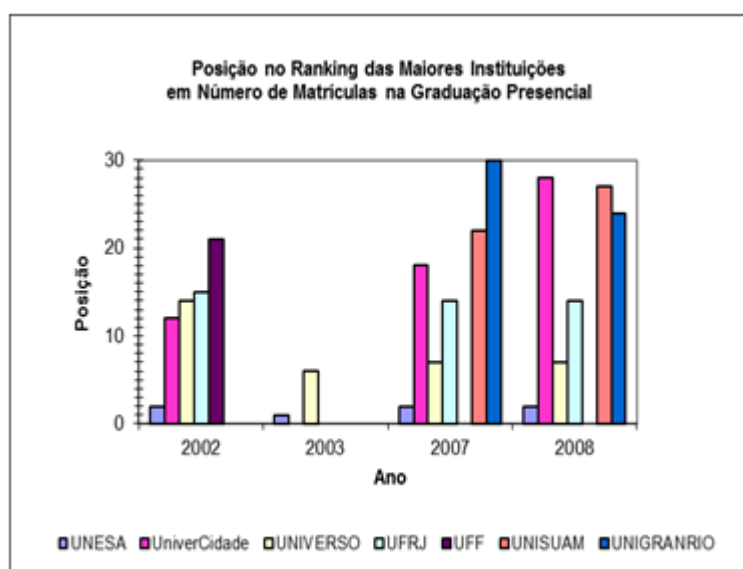
Gráfico 5: Relação das Maiores Instituições em Número de Matrículas na Graduação Presencial



No gráfico 6, observa-se a variação da ordem de posição em número de matrículas das faculdades do Rio de Janeiro a nível nacional com o passar dos anos. Quanto menor a coluna

do histograma correspondente a cada faculdade, maior o número de matrículas que ela apresenta. A UNESA mantém uma posição alta no ranking de matrículas, sendo seguida da UNIVERSO. Com o passar dos anos, nota-se a diminuição das matrículas da UniverCidade, o que provavelmente já dava sinal dos problemas financeiros vividos pela instituição que culminou na extinção da faculdade e venda por parte dos seus acionários recentemente. A UFRJ praticamente manteve sua posição e enquanto que a UNISUAM teve uma redução de matrículas de 2007 para 2008, a UNIGRANRIO melhorou sua posição aumentando o número de matrículas.

Gráfico 6: Posição no Ranking das Maiores Instituições em Número de Matrículas na Graduação Presencial



3.4. Número de Instituições Públicas e Privadas

O número de instituições públicas cresceu a patamares reduzidos antes do PROUNI. Em 2005, houve uma queda substancial no crescimento já ínfimo, descendo de 8,21% para 3,13% de 2004 para 2005. Após o PROUNI, o ano de 2010 foi a época em que mais se investiu na criação de faculdades públicas no país, atingindo um crescimento em relação ao ano anterior de 13,47%, sendo o maior percentual de crescimento de faculdades públicas de 2000 a 2011. Tal fato pode ser explicado pela posse da presidente Dilma após dois mandatos consecutivos de Lula, sendo assim o primeiro ano de seu governo. Em 2008, houve uma redução de instituições públicas no ensino superior, o mesmo também ocorreu no setor privado. Uma causa provável que tenha acarretado tal fenômeno tenha sido a crise financeira

vivida em 2008. O crescimento das instituições privadas, no geral, vem se reduzindo desde 2000 até 2011. Não apenas em 2008, mas também em 2011, ocorreu uma redução de faculdades privadas no mercado.

Tabela 9: Evolução do Número de Instituições de Educação

	ANO	PÚBLICA*	%Δ	PRIVADA	%Δ	Total	%Δ
ANTES DO PROUNI	2000	176	0,00	1.004	0,00	1.180	0,00
	2001	183	3,98	1.208	20,32	1.391	17,88
	2002	195	6,56	1.442	19,37	1.637	17,69
	2003	207	6,15	1.652	14,56	1.859	13,56
	2004	224	8,21	1.789	8,29	2.013	8,28
PROUNI	2005	231	3,13	1.934	8,11	2.165	7,55
DEPOIS DO PROUNI	2006	248	7,36	2.022	4,55	2.270	4,85
	2007	249	0,40	2.032	0,49	2.281	0,48
	2008	236	-5,22	2.016	-0,79	2.252	-1,27
	2009	245	3,81	2.069	2,63	2.314	2,75
	2010	278	13,47	2.100	1,50	2.378	2,77
	2011	284	2,16	2.081	-0,90	2.365	-0,55

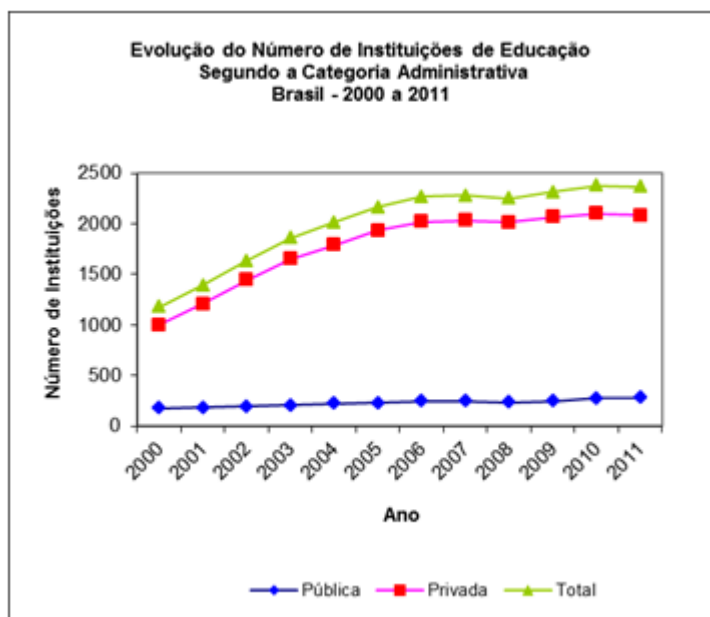
*PÚBLICA = FEDERAL + ESTADUAL + MUNICIPAL.

%Δ = percentual em relação ao dado do ano anterior.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo da Educação Superior / MEC / INEP / DEED.

No gráfico 7, pode ser visto o número de instituições públicas com o passar dos anos como se fosse quase uma reta paralela ao eixo x, mostrando um crescimento praticamente estagnado. De 2000 a 2006, em contrapartida, a quantidade de faculdades privadas cresceu com o mesmo ritmo, sendo representada por uma reta ascendente, ou matematicamente, uma reta com coeficiente angular positivo. Já de 2006 a 2011, o número de instituições particulares não apresentou o crescimento substancial ocorrido nos anos anteriores, sofrendo poucas oscilações tanto para cima quanto para baixo.

Gráfico 7: Evolução do Número de Instituições de Educação Segundo a Categoria Administrativa. Brasil – 2000 a 2011.



A distribuição percentual do número de instituições públicas em relação ao total existente no país assumiu o maior valor em 2000 com 14,92% e seu menor valor em 2008 com 10,48%. Com os anos, essa quantidade vem diminuindo aos poucos e houve uma ligeira melhora em 2010 e em 2011, com 11,69% e 12,01%, respectivamente. O segundo menor percentual de universidades públicas foi em 2005 com 10,67%, na instauração do PROUNI. Já o número de faculdades privadas aumentou progressivamente de 2000 a 2005. Após 2005, houve uma pequena redução percentual, melhorando e atingindo o maior percentual em 2008 com 89,52% do total de faculdades do país. Vale ressaltar que o número de faculdades privadas sempre foi na ordem dos milhares enquanto que das públicas sempre na ordem das centenas. O maior número de faculdades privadas no país foi de 2100 no ano de 2010, o maior número de faculdades públicas alcançado foi de 284 em 2011 e o maior número de instituições de ensino superior foi da marca de 2378 em 2010.

Tabela 10: Distribuição Percentual do Número de Instituições de Educação

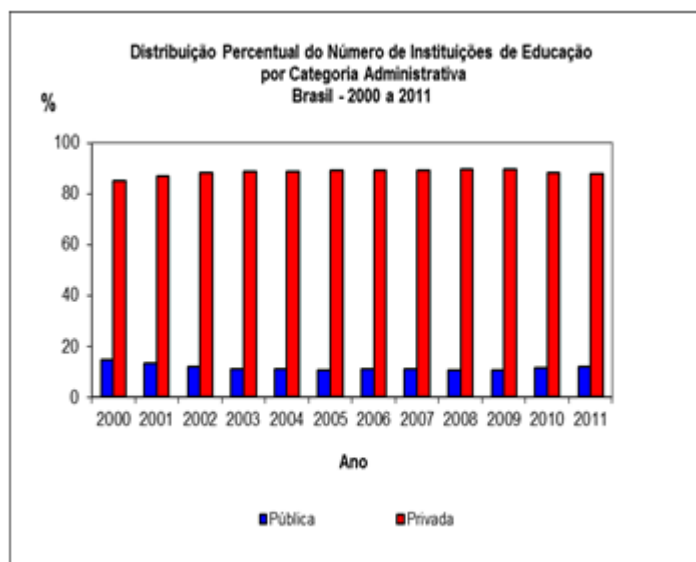
	ANO	TOTAL	PÚBLICA*	%	PRIVADA	%
ANTES DO PROUNI	2000	1.180	176	14,92	1.004	85,08
	2001	1.391	183	13,16	1.208	86,84
	2002	1.637	195	11,91	1.442	88,09
	2003	1.859	207	11,14	1.652	88,86
	2004	2.013	224	11,13	1.789	88,87
PROUNI	2005	2.165	231	10,67	1.934	89,33
DEPOIS DO PROUNI	2006	2.270	248	10,93	2.022	89,07
	2007	2.281	249	10,92	2.032	89,08
	2008	2.252	236	10,48	2.016	89,52
	2009	2.314	245	10,59	2.069	89,41
	2010	2.378	278	11,69	2.100	88,31
	2011	2.365	284	12,01	2.081	87,99

*PÚBLICA = FEDERAL + ESTADUAL + MUNICIPAL.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo da Educação Superior / MEC / INEP / DEED.

No gráfico 8, observa-se que o número de faculdades privadas sempre representou 80% do total do país. Percebe-se também que de 2005 a 2009, o número de instituições públicas no país foi praticamente a menor em relação ao total.

Gráfico 8: Distribuição Percentual do Número de Instituições de Educação por Categoria Administrativa. Brasil – 2000 a 2011.



3.5. Receitas e Despesas com Manutenção do Ensino Superior (MDE)

Na pesquisa realizada, foram encontrados valores do orçamento público relacionados ao ensino superior. Assim, não apenas se comparou a oscilação de variáveis que lançassem mão de indicar ou não a fuga de verba das faculdades públicas para as faculdades privadas, comparando-se antes e depois do começo do PROUNI, como também a utilização dos valores financeiros com esse mesmo intuito apresentados a seguir. Para esse fim, fez-se uso do Demonstrativo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) Federal que consiste no demonstrativo das receitas vinculadas em Manutenção e Desenvolvimento do ensino (MDE), informado pelo Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) da União.

A despesa do governo com o ensino superior antes do PROUNI chegou a ordem de quase 7 milhões de reais em 2004 (R\$6.906.833,00). Após 2005, o valor investido na educação aumentou gradativamente, tendo o seu maior valor em 2012 com R\$22.186.939,00. É importante salientar que a despesa com a educação no ensino superior sempre aumentou de 2000 até 2012, nunca houve uma redução do valor investido se comparado com os valores anteriores.

Tabela 11: Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) – Âmbito Federal

	ANO	DESPESA POR SUBFUNÇÃO: ENSINO SUPERIOR (a)	RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (b)	(a)/(b) (%)	%Δ de (a)	%Δ de (b)
ANTES DO PROUNI	2000	4.921.391,00	46.603.784,00	10,56	0,00	0,00
	2001	5.354.734,00	52.741.197,00	10,15	8,81	13,17
	2002	6.062.763,00	64.982.679,00	9,33	13,22	23,21
	2003	6.569.314,00	65.060.469,00	10,10	8,36	0,12
	2004	6.906.833,00	73.207.125,00	9,43	5,14	12,52
PROUNI	2005	9.152.272,00	80.901.576,00	11,31	32,51	10,51
DEPOIS DO PROUNI	2006	9.324.628,00	100.137.846,00	9,31	1,88	23,78
	2007	10.804.200,00	200.672.749,00	5,38	15,87	100,40
	2008	12.118.841,00	242.098.660,00	5,01	12,17	20,64
	2009	13.935.254,00	290.511.099,00	4,80	14,99	20,00
	2010	15.909.848,00	292.635.601,00	5,44	14,17	0,73
	2011	19.135.894,00	347.712.897,00	5,50	20,28	18,82
	2012	22.186.939,00	400.247.272,00	5,54	15,94	15,11

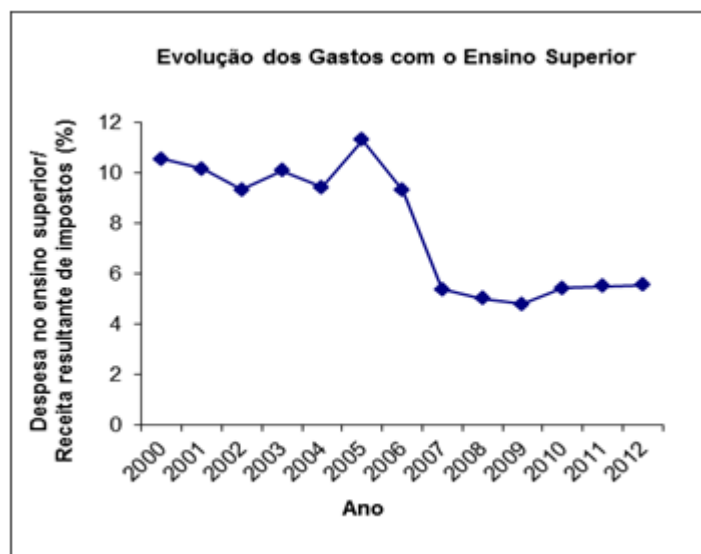
%Δ = percentual em relação ao dado do ano anterior.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) por meio do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO), após a aprovação pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

A receita resultante de impostos com o ensino superior também aumentou ao longo dos anos, tendo um acréscimo de 20 milhões de 2005 para 2006 (após o primeiro ano de PROUNI), uma adição de 100 milhões de 2006 para 2007, mais de 50 milhões de 2010 para 2011 e cerca de 50 milhões também de 2011 para 2012. O aumento na arrecadação dos impostos antes do PROUNI jamais chegou a marcar tais acréscimos como os auferidos após o vigor dessa política. Conclui-se que mesmo com a concessão de incentivos fiscais, a arrecadação global dos impostos das faculdades particulares não foi reduzida ao longo do tempo, o que deve ter sido acarretado por surgimento de novas faculdades particulares entrando no mercado devido ao aquecimento do setor antes estagnado. O PROUNI conseguiu ajudar às faculdades privadas que sofriam com o grande número de vagas sobrando e o imenso prejuízo com inadimplência de mensalidades. Além do PROUNI, surgiram facilidades com financiamentos estudantis, como o FIES (Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior). No entanto, se não houvesse tantas reduções de vários impostos distintos por parte do governo às faculdades privadas, a arrecadação poderia ser extremamente maior, podendo-se investir melhor nas faculdades públicas que sofrem com o descaso do abandono, infraestrutura sucateada e baixo número de vagas.

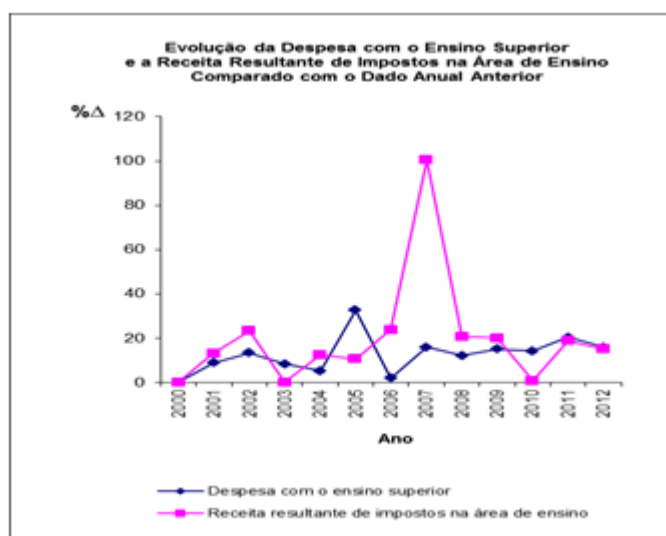
Se comparado com o valor arrecadado com o ensino superior das faculdades privadas (Receita), o investimento nas faculdades públicas (Despesa) foi decaindo ao longo dos anos, ou seja, pouco do dinheiro arrecadado com o setor de educação privada é repassado para o desenvolvimento do setor universitário público. O maior investimento que se ocorreu nesse repasse foi em 2005 e não chegou nem atingir 12% do montante recebido com a arrecadação de impostos do setor privado. Após o PROUNI, o percentual do repasse de dinheiro para as faculdades públicas caiu de forma avassaladora, atingindo um valor contínuo de cerca de 5% de investimento de 2007 a 2012, o que pode ser visto no gráfico 9. Dever-se-ia investir boa parte do que se arrecada com a educação no setor privado no desenvolvimento do ensino superior público, mesmo que não sendo possível atingir 100% de repasse, ao menos que fosse a metade do que é recebido.

Gráfico 9: Evolução dos Gastos com o Ensino Superior



Observa-se no gráfico 10 que a receita resultante de impostos na área de ensino aumentou muito pouco em 2003 e 2010 se comparado com os seus respectivos anos anteriores e teve o maior aumento em 2007, dobrando o valor arrecadado. Em 2005, houve a maior expansão vista de 2000 a 2012 no tocante à despesa com o ensino superior, ou seja, foi o ano em que se teve o maior incremento em investimento no ensino superior público comparativamente ao seu correspondente ano anterior. Apesar disso, como já salientado anteriormente, os valores investidos nas faculdades públicas são muito inferiores ao que se arrecada de impostos com o ensino superior privado.

Gráfico 10: Evolução da Despesa com o Ensino Superior e a Receita Resultante de Impostos na Área de Ensino Comparado com o Dado Anual Anterior



Outra maneira de se analisar o investimento direto do governo no ensino superior foi a avaliação dos indicadores que quantificam os investimentos públicos em educação.

3.6. Indicadores de Investimentos Públicos em Educação

Os indicadores brasileiros de investimentos públicos em educação fornecem informações de cunho orçamentário e financeiro sobre a aplicação de recursos públicos em todos os níveis de ensino. Os índices financeiros educacionais, como o percentual do investimento em educação em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) e o percentual do investimento em educação em relação ao Gasto Público Social (GPS) são desagregados por níveis de ensino.

O investimento de recursos públicos na área educacional compreende os valores financeiros brutos aplicados pelo setor público no atendimento de demandas educacionais, como no custo de bens e serviços - inclusive bens de capital - e nas transferências, excetuando-se a depreciação e a amortização dos investimentos em estoque. O conceito utilizado para a agregação corresponde à finalidade dos recursos alocados por área de atuação.

A cobertura dos investimentos públicos em educação compreende a formulação de política, manutenção e desenvolvimento do ensino, a expansão e melhoria das escolas de diversos níveis e modalidades de ensino, dos estabelecimentos de educação, dos programas de assistência ao estudante, entre outros.

Os recursos públicos aplicados em educação correspondem aos dispêndios realizados pela administração direta, por autarquias e fundações, financiados com recursos de impostos e de contribuições e com receitas próprias.

Considera-se como despesa na área educacional toda aquela efetuada como sendo de educação pelas unidades orçamentárias que exercem funções governamentais, independentemente de estar registrada em outras funções, tais como administração geral ou encargos especiais.

Os indicadores de Investimentos Públicos em Educação tem como fonte estudos e pesquisas elaborados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), em parceria com a Subsecretaria de Planejamento e Orçamento (SPO) do Ministério da Educação (MEC), com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e com o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA). Além disso, utilizam-se como fontes de dados primários as informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

Ao se observar a coluna referente ao Investimento Público Total em relação ao GPS (%) na tabela 12, percebe-se que o percentual investido no ensino superior vem decaindo. Enquanto que antes do PROUNI o valor investido no ensino superior girava em torno de 19%, depois da instauração dessa política pública esse valor caiu para 16%.

Tabela 12: Histórico da Estimativa do Percentual do Investimento Público na Educação Superior

Histórico da Estimativa do Percentual do Investimento Público na Educação Superior										
Ano	Investimento Público Total em relação ao GPS (%)			Investimento Público Direto em relação ao PIB (%)			Investimento Público Total em relação ao PIB (%)			
	Todos os Níveis de Ensino*	Nível de Ensino		Todos os Níveis de Ensino*	Nível de Ensino		Todos os Níveis de Ensino*	Nível de Ensino		
		Educação Superior	% Educação Superior		Educação Superior	% Educação Superior		Educação Superior	% Educação Superior	
ANTES	2000	14,0	2,8	20,08	3,9	0,7	18,44	4,7	2,8	0,94
	2001	13,9	2,7	19,60	4,0	0,7	18,39	4,8	2,7	0,94
DO	2002	13,6	2,8	20,42	4,1	0,8	19,08	4,8	2,8	0,97
	2003	13,8	2,7	19,44	3,9	0,7	18,11	4,6	2,7	0,90
PROUNI	2004	13,7	2,5	18,33	3,9	0,7	17,23	4,5	2,5	0,84
PROUNI	2005	14,5	2,8	19,25	3,9	0,7	17,51	4,5	2,8	0,87
DEPOIS	2006	16,2	2,7	16,66	4,3	0,7	15,49	5,0	2,7	0,83
	2007	16,2	2,6	16,13	4,5	0,7	14,75	5,1	2,6	0,83
DO	2008	17,5	2,8	15,81	4,7	0,7	14,76	5,5	2,8	0,87
	2009	16,8	2,7	16,07	5,0	0,7	14,94	5,7	2,7	0,91
PROUNI	2010	17,6	2,8	15,91	5,1	0,8	15,50	5,8	2,8	0,92

*Os níveis de ensino englobam: educação básica, educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação superior.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do MEC / INEP / DEED.

Já no tocante ao Investimento Público Direto em relação ao PIB (%), o percentual aplicado na educação superior antes do PROUNI fica em torno de 18%, caindo para 15% depois de sua existência.

Quando se analisa o Investimento Público Total em relação ao PIB (%), o percentual da educação superior antes do PROUNI apresentava valores de 0,9% de investimento, reduzindo para cerca de 0,8% depois de sua instauração.

Constata-se, assim, que o investimento na educação superior vem decaindo com o passar dos anos, sendo verificada sua diminuição após a consolidação do PROUNI como política pública. Uma das possíveis causas para esse fenômeno é a preocupação e investimento em algum outro nível de ensino em depreciação à educação superior, como pode ser visto na tabela 13.

Tabela 13: Percentual do Investimento Público Total em relação ao GPS (%)

Ano	Percentual do Investimento Público Total em relação ao GPS (%)														
	Todos os Níveis de Ensino	Níveis de Ensino										Ensino Médio	% Ensino Médio	Educação Superior	% Educação Superior
		Educação Básica	% Educação Básica	Educação Infantil	% Educação Infantil	Ensino Fundamental		% Ensino Fundamental							
						De 1ª a 4ª anos iniciais	De 5ª a 8ª séries ou anos finais	% De 1ª a 4ª séries ou anos iniciais	% De 5ª a 8ª séries ou anos finais						
ANTES DO PROUNI	2000	14,0	11,2	79,92	1,2	8,36	4,5	3,7	32,17	26,17	1,8	13,22	2,8	20,08	
	2001	13,9	11,2	80,40	1,1	7,84	4,2	3,8	30,07	27,05	2,1	15,43	2,7	19,60	
	2002	13,6	10,8	79,58	1,0	7,37	4,7	3,7	34,65	26,95	1,4	10,60	2,8	20,42	
	2003	13,8	11,1	80,56	1,2	8,53	4,6	3,7	33,23	26,54	1,7	12,26	2,7	19,44	
	2004	13,7	11,2	81,67	1,2	8,87	4,7	3,8	34,20	27,38	1,5	11,22	2,5	18,33	
PROUNI	2005	14,5	11,7	80,75	1,2	8,18	4,9	4,0	33,91	27,61	1,6	11,06	2,8	19,25	
DEPOIS DO PROUNI	2006	16,2	13,5	83,34	1,2	7,52	5,2	5,0	32,02	30,70	2,1	13,09	2,7	16,66	
	2007	16,2	13,6	83,87	1,3	7,99	5,2	4,9	32,19	30,13	2,2	13,56	2,6	16,13	
	2008	17,5	14,8	84,19	1,3	7,56	5,6	5,3	31,72	30,47	2,5	14,44	2,8	15,81	
	2009	16,8	14,1	83,93	1,2	7,14	5,4	5,2	32,14	30,95	2,3	13,69	2,7	16,07	
	2010	17,6	14,8	84,09	1,4	7,95	5,6	5,3	31,82	30,11	2,6	14,77	2,8	15,91	

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do INEP/MEC.

Quando se analisa o percentual do Investimento Público Total em relação ao GPS (%) de cada nível de ensino na tabela 13, consegue-se ter uma visão panorâmica de parte do fenômeno ocorrido na tabela 12.

Como foi elucidado anteriormente, o investimento na educação superior caiu de 19% para 16%, antes e depois do PROUNI, respectivamente. Tomando a mesma consideração de antes e depois do PROUNI, o investimento da educação básica subiu de 80% para 84%; a educação infantil variou de 8% para 7,5%; o ensino fundamental de 1ª a 4ª séries alterou de 34% para 32%; o ensino fundamental de 5ª a 8ª séries mudou de 27% para 30% e o ensino médio oscilou de 12% para 14%.

Portanto, percebe-se uma oscilação e mudanças de prioridades do governo ao investir mais em alguns níveis de ensino com o passar dos anos, sendo o maior beneficiado a educação básica. Pode-se acrescentar essa mudança de comportamento, a instauração do próprio PROUNI.

4. Conclusão

Baseando-se no número de matrículas e de instituições de educação superior antes do PROUNI e depois de sua instauração, nota-se a ocorrência de uma queda da preocupação em se investir no desenvolvimento das universidades públicas enquanto que as particulares dominam o setor de ensino superior.

Percebe-se que o investimento do orçamento público no ensino superior sempre foi muito pequeno, mas com a criação do PROUNI, a preocupação com o setor público decaiu ainda mais. Compreende-se que ocorreu uma transferência de responsabilidade do governo ao se preocupar menos ainda com as faculdades públicas e oferecer incentivos fiscais às privadas com o PROUNI. Tal fato acaba incentivando cada vez mais a expansão do setor em detrimento do patrimônio público.

Se comparado com o valor arrecadado com o ensino superior das faculdades privadas, o investimento nas faculdades públicas foi decaindo ao longo dos anos, ou seja, pouco do dinheiro arrecadado com o setor de educação privada é repassado para o desenvolvimento do setor universitário público. Após o PROUNI, o percentual do repasse de dinheiro para as faculdades públicas caiu de forma avassaladora.

Constata-se, assim, que o investimento na educação superior vem sendo reduzido com o passar dos anos, sendo verificada sua diminuição após a consolidação do PROUNI como política pública. Portanto, percebe-se uma oscilação e mudanças de prioridades do governo ao

investir mais em alguns níveis de ensino com o passar dos anos, sendo o maior beneficiado a educação básica. Logo, pode-se afirmar, a partir das análises feitas, que houve prejuízo no desenvolvimento das universidades públicas depois do estabelecimento do PROUNI.

O comentário do presidente da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (Abmes) não deixa dúvida em relação aos princípios orientadores do PROUNI: “*A proposta não saiu como pretendíamos, mas é razoável e favorece às instituições privadas*” (MENA, 2004). O tratamento dado à educação, com base no modelo estabelecido pelo programa estudado, enfoca a mercantilização do conhecimento na crítica oriunda de intelectuais de instituições públicas, como CATANI, HEY e GILIOLI (2006).

Problemas como redução de investimentos em Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES), podem ocasionar a diminuição de capacidade de produção intelectual e incentivo à pesquisa, afetando diretamente a qualidade do ensino como um todo em função de correr o risco de deixar de ser uma referência nesse segmento, ainda que os processos de avaliação do ensino superior sejam mantidos pelo Ministério da Educação.

A polêmica entre as IES privadas e as Instituições Públicas recai sobre o não investimento dos recursos que deixam de ser arrecadados pelo governo federal. As Instituições Públicas questionam se não seria mais eficiente a arrecadação e repasse para elas para ampliação de vagas públicas, geração de novos cargos, estrutura e processos administrativos. Na contrapartida a iniciativa privada, que já dispõe de vagas e estrutura para administrar, justifica maior eficiência no uso dos recursos uma vez que pode absorver de forma imediata a demanda existente.

Encontraram-se limitações no estudo que acabaram levando a uma nova estratégia, reformulando-se os objetivos iniciais. A falta de acesso a informações dos balanços patrimoniais das universidades particulares do estado do Rio de Janeiro impediu de se fazer um levantamento de quanto que se deixa de entrar nos cofres públicos com a isenção fiscal de certos impostos promovida pelo PROUNI, ou seja, o quanto poderia se arrecadar e investir no ensino superior público.

Estudos futuros podem ser feitos com as incógnitas que não foram levantadas aqui, como o levantamento de dados que meçam a qualidade do ensino superior com os anos (como o ENADE) e a análise da quantidade de bolsas oferecidas pelo PROUNI em relação à quantidade populacional de cada região demográfica.

5. Referências

ALMEIDA, Sérgio Campos de. **O Avanço da Privatização na Educação Brasileira: O ProUni como uma nova estratégia para a transferência de recursos públicos para o setor privado.** Niterói/RJ: UFF, out./2006. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal Fluminense.

BARREIRO, I. M. de F.; TERRIBILI FILHO, A. Educação Superior no período noturno no Brasil: políticas, intenções e omissões. **Ensaio: avaliação políticas públicas**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 54, p. 81-102, jan. 2007.

BETTIOL JUNIOR, A. **Formação e destinação do resultado em entidades do terceiro setor: um estudo de caso.** São Paulo, 2005. 116 p. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo.

BRASIL. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Base de dados do INEP.** Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/>>. Acesso em: 26 maio 2013.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Base de dados do PROUNI.** Disponível em: <<http://prouniportal.mec.gov.br/>>. Acesso em: 26 maio 2013.

CARDOSO. L. S. **Universidades metodistas no Brasil: seu desenvolvimento em face da expansão do setor privado na educação superior (1995-2005)** [2008].

CARVALHO, Cristina Helena Almeida de; LOPREATO, F. L. C. Finanças públicas, renúncia fiscal e o PROUNI no governo Lula. **Impulso**, Piracicaba, v. 16, n. 40, p. 93-104, maio 2005.

CATANI, Afrânio Mendes; GILIOLI, Renato de Sousa Porto. O PROUNI na encruzilhada: entre a cidadania e a privatização. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 11, n. 20, p. 55-68, jan./jun. 2005.

CATANI, Afrânio Mendes; HEY, Ana Paula; GILIOLI, Renato de Sousa Porto. PROUNI: democratização do acesso às Instituições de Ensino Superior? **Educar**, Curitiba, v. 28, p. 125 – 140, 2006.

CONSTANTINO. Luciana. Governo cria programa de bolsas por MP. **Folha de São Paulo**, Cotidiano – C5. São Paulo, 14 set. 2004. In: MAIA, Suzanir Fernanda. O PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS (PROUNI) NAS IES COMUNITÁRIAS: a experiência da Universidade Católica de Goiás (2005 – 2008). Campo Grande, 2009. 130p. Dissertação (Mestrado). Universidade Católica Dom Bosco.

CORBUCCI, Paulo Roberto. Financiamento e Democratização do Acesso à Educação Superior no Brasil: da Deserção do Estado ao Projeto de Reforma. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 25, n. 88, p. 677-701, Especial - Out. 2004.

HENRIQUES, R.; LÁZARO, A. Financiamento. **Cadernos do MEC**, v. 1, n. 1, jul. 2004. p. 36-42.

MANCEBO, D. “Universidade para todos”: a privatização em questão. **Pro-posições**, Campinas, v. 16, n. 2, 2004 (no prelo).

MARTINS, José Pio. **O PROUNI e a Arte do Possível**. 2004, p. 1.

MENA, Fernanda. Pareceres da FGV e de consultoria divergem sobre número de vagas. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 17 de dezembro de 2004.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **PRESIDENTE elogia PROUNI na cerimônia de sansão**. Brasília, 13 de janeiro de 2005.

SILVEIRA, Rose Ane. Presidente Lula sanciona Lei do PROUNI. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 13 de janeiro de 2005.

VALLE, Marcos José. **PROUNI: Política Pública de acesso ao ensino superior ou privatização?** Curitiba, 2009. 110 p. Dissertação (Mestrado). Universidade Tuiuti do Paraná.